
Etnográfica VII(1):228-30, 2003

THOMAS C. PATTERSON

**A SOCIAL HISTORY OF ANTHROPOLOGY
IN THE UNITED STATES**

Oxford/Nova Iorque, Berg, 2001.

O que distingue esta história da antropologia norte-americana de outras é o facto de dar ênfase aos contextos sociais e políticos em que a antropologia se tem desenvolvido desde a segunda metade do século XVIII até à actualidade. Mais do que resumir um conjunto de "escolas" e "teorias", o livro fala-nos das questões que estiveram por detrás da emergência da antropologia como

disciplina académica. Patterson organiza o seu livro em cinco capítulos, os quais resumem de forma muito didáctica o percurso da antropologia norte-americana ao longo de diferentes contextos históricos. É interessante ver como os diversos momentos de crise da sociedade norte-americana, ao longo da sua história de pouco mais de duzentos anos, se reflectem na construção da teoria antropológica.

O primeiro capítulo abarca o período 1776-1879, que corresponde à emergência da antropologia norte-americana após a Guerra da Independência e o seu desenvolvimento durante a Nova República e até ao fim da Reconstrução (marcado pela guerra hispano-americana). A antropologia surge aí como um elemento (e um agente) fundamental na definição de uma identidade norte-americana, na justificação da expansão territorial, à custa dos povos nativos, e na justificação da escravatura, para a qual a antropologia física contribuiu. Como escreve Patterson, "the ethnographic, linguistic, and antiquarian descriptions of travelers, missionaries, settlers, and officials in the Indian territories buttressed claims of American exceptionalism, and allegations of racial differences were used to justify slavery and the removal of native peoples from their homelands" (p. 3). Na década de 1870, os antropólogos americanos começaram a preocupar-se especialmente com o desenvolvimento da "civilização" americana e o consequente destino dos índios norte-americanos. Foi nessa altura que surgiram a American Ethnological Society e a Smithsonian Institution, que rapidamente se constituíram como as duas grandes sedes da actividade antropológica norte-americana.

O segundo capítulo descreve o desenvolvimento da antropologia durante o período liberal, 1879-1929. É a época da profissionalização e também aquela em que negros, imigrantes, mulheres, pobres, e outras "minorias" sociais são fortemente discriminados negativamente. É neste período que a tutela da antropologia passa do governo federal, através do Bureau of Ethnology e do National Museum, que se preocupavam essencialmente com as tribos índias do Oeste, para as universidades, com Columbia, Harvard e Berkeley a assumirem um papel central. Pela primeira vez as universidades começaram a oferecer licenciaturas e doutoramentos em antropologia, certificando assim a profissão de antropólogo. O ensino da

antropologia nas universidades, a par do emprego no governo federal e nos museus, passou a constituir uma das saídas profissionais para o crescente número de licenciados e doutorados em antropologia. O começo do século XX assistiu a uma luta pelo domínio da identidade da antropologia norte-americana entre "deterministas culturais" e "deterministas biológicos", travada no âmbito do comité de antropologia do National Research Council; uma luta que só ficou resolvida nos anos 20. Foi a época em que James Mooney, Franz Boas, Ruth Benedict e William Jones, entre outros, se distinguiram como críticos do sistema social norte-americano, condenando o racismo e a discriminação negativa de certas minorias imigrantes.

O terceiro capítulo abarca o período entre a Grande Depressão e o fim da Segunda Guerra Mundial, 1929-1945. Foi a época em que os novos organismos públicos recém-criados, quer ao abrigo do New Deal quer do esforço de guerra norte-americano, passaram a financiar trabalho de campo fora dos Estados Unidos, em particular na região do Pacífico Sul. Durante a Grande Depressão, uma série de projectos arqueológicos garantiram emprego a milhares de pessoas. A partir dos anos 20, o National Research Council primeiro e o Science Research Council depois financiaram estudos multidisciplinares em que se procurava avaliar as consequências psicológicas dos processos de "aculturação" e "assimilação". Os antropólogos assumiram um papel preponderante nos anos 30 e 40, altura em que surgiram vários estudos de "carácter nacional". A década de 1940 é particularmente comprometedora para a antropologia norte-americana, devido ao seu envolvimento com os interesses militares e estratégicos dos Estados Unidos, particularmente no Pacífico. Mas este é também o período em que o discurso racista e segregacionista foi desafiado e desmontado por autores como Gunnar Myrdal (*An American Dilemma*) e pelos poucos antropólogos negros, como John Dollard (*Caste and Class in a Southern Town*). Na altura pensava-se que a antropologia seria capaz de indicar a solução para os grandes problemas da América e do mundo.

O quarto capítulo corresponde ao período pós-Segunda Guerra, quando a antropologia já estava suficientemente institucionalizada e organizada profissionalmente para usufruir dos milhões de dólares disponíveis para investigação. Também nessa altura se alargou o acesso às universidades

e o número de licenciados em antropologia cresceu de forma exponencial. As classes mais baixas passaram a ter acesso à profissão e a antropologia deixou de reflectir apenas a mundividência da classe média-alta norte-americana. Deu-se também a internacionalização da antropologia norte-americana. A etnografia mudou das sociedades "tribais" para as "comunidades" camponesas. Dá-se a entrada em cena das fundações Ford e Rockefeller, assim como do programa Fulbright. Mais uma vez a antropologia aparece envolvida com os interesses imperialistas norte-americanos, no Sudeste Asiático e na América Latina, com o Pentágono a financiar muitos estudos antropológicos de validade duvidosa. Neste período, é necessário lidar com o novo desafio criado pelas descolonizações e pelo triunfo do relativismo cultural como doutrina dominante. O mundo já não pode ser visto a partir de um centro chamado América. O movimento marxista chega também à antropologia, tendo de enfrentar um período adverso durante o macartismo, para depois ressuscitar já nos finais da década de 1960 e na década de 1970.

O quinto capítulo descreve as grandes transformações da antropologia americana desde o início da década de 1970 até à actualidade: o abandono definitivo da sua vocação primordial para estudar sociedades "primitivas", passando a integrar os novos conceitos de mundialização, globalização, sistema global, etc. As sociedades estudadas pelos antropólogos não podem agora ser vistas como isoladas, mas sim como estando integradas num sistema mundial cada vez mais dominado pelo capitalismo industrial do "Ocidente". É também um período em que os fundos para financiamento de projectos antropológicos se tornam mais escassos. O número de profissionais aumenta drasticamente e, em consequência, há cada vez maior competição por cada vez menos fundos. As principais fundações norte-americanas, assim como o Banco Mundial, financiam sobretudo projectos que não contrariem a ideologia neoliberal dominante. O pós-modernismo fez com que a antropologia deixasse de problematizar tanto a vida social dos seus objectos para passar a problematizar-se a si própria através da auto-reflexão, adquirindo assim um pendor marcadamente "idealista" em detrimento de uma visão mais "materialista" da vida social. Dá-se o assalto pelos "estudos culturais" ao terreno da antropologia, que se sente cada vez

mais acossada dentro dos departamentos e academias.

O livro de Patterson oferece-nos de forma organizada e simples mais de duzentos anos de história da disciplina. A lista de referências é muito completa, permitindo um aprofundamento posterior destas questões. Trata-se de um bom compromisso entre uma obra relativamente pequena (pouco mais de 150 páginas, se contarmos só o texto principal) e a profundidade que o assunto exige.

Luís Batalha

Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas